



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA ¹
GEIS DE OLIVEIRA BENEVIDES ²
CAMILA BARBOSA VIEIRA ³
ROBSON DE JESUS RIBEIRO ³
TAMIRIS GARCIA DA SILVEIRA ⁴

RESUMO: O artigo apresenta resultados iniciais de pesquisa teórica em andamento desenvolvida em grupo de pesquisa. A proposta de estudo aborda a centralidade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na gestão das políticas públicas sociais brasileiras, com foco na seguridade social. Tem como objetivo compreender como os ODS são incorporados no processo de planejamento e implementação das políticas sociais em questão. As análises partem do materialismo histórico-dialético, como método de leitura e interpretação da realidade. Almeja-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a compreensão dos reais impactos dos ODS na gestão das políticas sociais e nos serviços públicos ofertados.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Política Social. Seguridade Social. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: The article presents initial results of

-
- 1 Professor com formação em Serviço Social. Faculdade De Ciências Humanas E Sociais - Unesp/franca
 - 2 Estudante de Pós-Graduação. Faculdade De Ciências Humanas E Sociais Unesp/franca
 - 3 Estudante de Pós-Graduação. Faculdade De Ciências Humanas E Sociais Unesp/franca
 - 4 Estudante de Pós-Graduação. Senar/sp
-

theoretical research in progress developed in a research group. The study proposal addresses the centrality of the Sustainable Development Goals in the management of Brazilian social public policies, with a focus on social security. Its objective is to understand how the SDGs are incorporated into the planning and implementation process of the social policies in question. The analyzes start from the historical-dialectical materialism, as a method of reading and interpreting reality. It is hoped that the results of this research will contribute to the understanding of the real impacts of the SDGs on the management of social policies and on the public services offered.

KEYWORDS: Public Policy Management. Social Security. Sustainable Development Goals.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a centralidade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na gestão das políticas públicas sociais, especialmente, as que compõem o tripé da Seguridade Social brasileira. Tem como objetivo compreender as formas que os ODS são incorporados no processo de planejamento das políticas de Seguridade Social e os impactos destes nos resultados das políticas sociais.

A proposta de estudo fundamenta-se nos questionamentos e reflexões suscitadas coletivamente em reuniões de grupo de estudo e pesquisa, que se dedicam às temáticas da gestão das políticas públicas sociais e as questões socioambientais no Brasil. Nos estudos e debates levantou-se importantes problematizações sobre a incorporação dos ODS no planejamento das políticas sociais nos estados e municípios. Esses objetivos têm se tornado referência para construção de documentos políticos estratégicos das gestões municipais, sendo observados com frequência nos Planos de Governo, Planos Municipais das principais políticas sociais (assistência social, saúde, habitação, educação e etc.), Planos Plurianual, dentre outros.

Contudo, pressupõe que grande parte dos profissionais e gestores das

políticas sociais nos municípios não têm compreensão do que se tratam os ODS, sua origem, finalidades da incorporação desses objetivos na gestão das políticas públicas e o real alcance desses objetivos no cenário atual. Observa-se que são amplamente divulgados nas mídias sociais, e se tornam diretrizes nas grandes empresas para o direcionamento de suas ações visando cumprir a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Os ODS foram apresentados em setembro de 2015, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, nos Estados Unidos, onde os 193 líderes mundiais e representantes da sociedade civil decidiram um plano de ação para o alcance dos novos objetivos globais para o desenvolvimento sustentável. Estes foram constituídos pautados em estratégias que possibilitasse uma forma de continuar evoluindo e atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras.

Essa proposta foi ao encontro do que já vinha sendo desenvolvido dentro do trabalho dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000, perdurando até 2015. A busca por continuidade a esse processo, se deu devido aos progressos significativos, alcançados a partir do ODM, tais como a redução da pobreza global, acesso à educação e a água potável. A partir dos resultados obtidos, ficou entendido que as metas podem ter contribuído com o alcance desses, porém o que realmente vivenciamos se contrapõe a esse fato, e os problemas que perpassam a sociedade global estão longe de serem solucionados.

A Agenda Universal 2030 com o lema “Transformar nosso Mundo” busca demonstrar a ambição por medidas ousadas e transformadoras que buscam direcionar o mundo por um caminho sustentável e resiliente, através de atividades imprescindíveis e desafiadoras.

Os 17 ODS são compostos por um conjunto de 169 metas correspondentes, que englobam um plano de ação de 15 anos (2016 a 2030) e visa solucionar as necessidades da humanidade. Estes objetivos são integrados e indivisíveis, e buscam um equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Para tanto se faz necessário um conjunto de ações entre todos os níveis de

governos, sociedade civil, organizações, empresas, entre outros, em âmbito nacional e também internacional em busca de alcançar os objetivos previstos na agenda. É importante frisar que os objetivos e metas são únicos, para todos os continentes, países, estados, municípios e comunidades. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável consistem em:

1. Erradicação da Pobreza: acabar com a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e Bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades;
4. Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Água potável e saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Energia limpa e acessível: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- 10.Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
- 11.Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12.Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de

- consumo sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
 14. Vida na água: conservação e uso sustentável dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
 15. Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade;
 16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
 17. Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, pode-se compreender que os objetivos estão distribuídos em vários contextos e visam superar questões presentes na esfera global, porém, consiste em uma grande e ambiciosa proposta de superação de problemas de amplitude mundial, destacando as diversas expressões da questão social presentes em diferentes países, assim como, em âmbitos de gravidade tangíveis e potencialidades particulares.

No Brasil, um país com mais de 215 milhões de pessoas, segundo dados de projeção da população, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), na qual encontram-se distribuídos em 26 estados e um distrito federal, com mais de 5.570 municípios, apresentando realidades diferentes e tão particulares, vivencia-se muitos desafios para o estabelecimento de políticas sociais unificadas, visando o atendimento das variadas demandas apresentadas pela população nos diversos territórios. Se considerar a amplitude e complexidade vivenciada nos seis continentes, estas diferenças e particularidades aumentam em grandes proporções. Desta forma, depara-se com questionamentos sobre: como os

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas estratégias e metas podem ser estabelecidas em nível global?

Solucionar “problemas econômicos, políticos e sociais”, ou seja, buscar formas de enfrentamento às manifestações das expressões da questão social implica em formular, implantar e implementar políticas sociais que, verdadeiramente, atendam demandas específicas da sociedade e que vão ao encontro das requisições locais. E pensar em políticas públicas sociais pressupõe olhar para a realidade e interpretá-la, buscando conhecê-la para compreendê-la, na sua dinamicidade e contraditoriedade, e propor a melhor estratégia de intervir e superá-la.

Embora reconheça-se a importância de se pensar e planejar globalmente objetivos e diretrizes que orientem “para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, é preciso compreender de forma crítica o direcionamento, os limites e possibilidades das ações que fundamentam os ODS da ONU. Pois, objetivar mudanças, cujo cerne seja a construção de relações sociais mais igualitárias, implica em compreender com mais profundidade os padrões de produção e reprodução das desigualdades sociais, desigualdades essas que se estendem para todas as esferas da vida social, nas diferentes localidades do mundo. Demanda, também, apreender que as expressões da questão social são agravadas, conforme as particularidades históricas e culturais que permearam a estruturação social de cada país. E por fim, reconhecer que, propor diretrizes que demandem ações coletivas (Estado e sociedade civil) para assegurar o desenvolvimento sustentável exige questionar os padrões de produção e reprodução das relações sociais vigentes.

Sob essa perspectiva, este estudo parte do pressuposto de que os ODS são inviáveis/inalcancáveis em uma sociedade na qual as relações de produção dominantes fundam-se no capitalismo. Isto é, em uma sociedade na qual o modo de organização social fundamenta-se na exploração do/a trabalhador/a pelos proprietários dos meios de produção, por meio da dominação da burguesia sobre o conjunto da classe trabalhadora, ou seja, sustenta-se a partir da relação desigual entre capital e trabalho. E a esse contexto, associa-se o fortalecimento do Estado

capitalista que, historicamente, defende, legitima e reproduz os interesses da classe detentora do poder político e econômico.

No caso do Brasil, país de capitalismo periférico, economia dependente e marcado pelas desigualdades sociais estruturais, refletir sobre os ODS visando eliminar a pobreza, preservar o meio ambiente, garantir a educação de qualidade para todos/as e etc., observa-se um gigantesco desafio. Pois, para alcançar as finalidades desses objetivos, primeiramente, será preciso envolver o compromisso e a atitude da classe dominante a partir de posicionamento responsável com a vida, com o planeta, com o meio ambiente visando garantir a sustentabilidade, independente dos interesses lucrativos. Essa classe dominante tem poder para tomar decisões e conduzir a organicidade da sociedade como um todo. Perseguindo esse raciocínio, acredita-se que sem o compromisso dessa classe social, nada resolverá inserir os ODS no processo de gestão das políticas sociais brasileiras. Nesse sentido, considera-se que os ODS são inviáveis/inalcantáveis, ainda mais, considerando um cenário potencialmente agravado pelas mudanças político-econômicas ratificadas a partir de 2016. O fortalecimento do Estado neoliberal corroborou para o progresso das diretrizes da política econômica que, essencialmente, objetiva assegurar a ampliação dos lucros e apropriação privada das riquezas socialmente produzidas, pelas elites dominantes. Nessa direção, as políticas de ajustes neoliberais, ratificadas pela Emenda Constitucional n.º 95, que congela os gastos públicos para políticas sociais, por vinte anos, tem vertiginosamente contribuído para o progressivo desmonte da Seguridade Social brasileira. As contra reformas resultaram no enxugamento maciço do orçamento público que seria destinado ao financiamento das políticas sociais, trazendo uma redução significativa dos atendimentos às demandas das populações. Fato esse, que tem contribuído para o crescimento exponencial das desigualdades sociais no cenário brasileiro, especialmente, no período da Pandemia de Covid-19 e pós pandêmico.

Assim, entende-se que para efetivação dos ODS, ou até mesmo para tê-los como diretrizes para o planejamento das políticas públicas, é preciso caminhar na contramão do que vem sendo desenvolvido no Brasil. Principalmente, porque esses

objetivos esbarram diretamente nos interesses econômicos, na organização do Estado e no direcionamento atual das políticas públicas brasileiras.

Contudo, os ODS estão sendo amplamente divulgados nas mídias e em todos os setores da sociedade, como estratégias para construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”.

Diante do fato que os ODS vêm sendo incorporados como diretrizes para o planejamento de políticas públicas sociais, nos estados e municípios, percebe-se a necessidade de reflexões crítica-propositivas, para a compreensão da forma que ocorre a incorporação desses objetivos no planejamento e seu “possível direcionamento” nas ações políticas públicas sociais.

Levando em consideração que os ODS são inviáveis/inalcancáveis na sociedade capitalista, conforme já exposto, entretanto, os mesmos estão sendo referências, no Brasil e no mundo, como meta mundial para resolver grandes problemas sociais e ambientais, assim, é preciso problematizar as seguintes questões: 1) A superficialidade de como os ODS estão utilizados na gestão pública, pensa-se mais no alinhamento desses objetivos para justificar financiamento e não em como esses objetivos poderiam realmente contribuir para gestão das políticas públicas; 2) Qual o real impacto dos ODS na gestão das políticas públicas sociais?; 3) Os ODS têm realmente contribuído para garantir a melhoria nas condições de vida da população usuária das políticas públicas sociais?; e 4) Como pensar no alcance dos ODS em amplitude mundial, considerando que os objetivos são os mesmos para países, estados e municípios com particularidades locais e singularidades no âmbito da desigualdade social?

A partir destes questionamentos, entende-se que as reflexões propostas por este estudo, são de fundamental importância, para garantir uma criticidade diante dos fatos, ir além das questões socioambientais e, entender em âmbito local e global, a relação estabelecida entre os ODS e a gestão pública, mas principalmente, aprofundar no conhecimento sobre os reais interesses que movem a estrutura da sociedade vigente. Deste modo, torna-se necessário compreender as finalidades e os impactos da ampla difusão dos ODS na gestão das políticas públicas sociais brasileiras para discuti-las e questioná-las, de forma crítica e

propositiva, integrando sobre as atualidades mundiais e questões contemporâneas, que rebatem no cotidiano da população usuária das políticas públicas sociais.

2.CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL NA ATUALIDADE

No caso brasileiro, em meados da década de 1990 que as Medidas de Ajuste Neoliberais se consolidam, concomitantemente com a reestruturação produtiva, e ganham destaque na agenda de governantes, trabalhadores e empresários. Neste período, isso se deu devido à necessidade de resposta ao pífio crescimento econômico e seu impacto negativo sobre a geração de emprego.

As Políticas de Ajuste Neoliberal foram propostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional no Consenso de Washington realizado nos Estados Unidos em 1989, como um receituário para os países em desenvolvimento visando a promoção do ajustamento de sua macroeconomia. Essas medidas se constituem basicamente no afrouxamento da legislação trabalhista, redução dos gastos públicos, privatizações de estatais e abertura de mercados. (POCHMANN, 2001).

Se intensificam no Brasil a partir do governo Fernando Collor de Mello (1990–1992), mas é somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e com a instalação do Plano Real que o país se insere nas normas preconizadas pelo Banco Mundial (CARINHATO, 2008).

Segundo Luís Filgueiras (2000), o Brasil aderiu à lógica neoliberal de forma retardatária. Esse atraso foi possível devido a uma forte ampliação de políticas de oposição ao regime militar, crescente mobilização social representada pelo novo sindicalismo, pelo Movimento Sem Terra, pela Central Única dos Trabalhadores e, posteriormente, pelo Partido dos Trabalhadores. Por esse motivo, o neoliberalismo não se concretizou de forma plena como aconteceu em outros países.

Esse processo se desenvolveu nesse ambiente de enorme retração da economia e se intensificou através de medidas tomadas com vistas à necessidade de uma reestruturação produtiva para conquistar níveis de produtividade que

possibilitasse a competitividade. Através da reestruturação produtiva, foram adotadas medidas que permitiram a concorrência entre mercados nacionais e internacionais, o processo de privatização de várias empresas públicas, o afrouxamento de legislações trabalhistas e a liberalização do mercado.

Num cenário de crise imposta pela abertura econômica e pela globalização, para se manter no mercado algumas empresas optaram pela redução de custos através do enxugamento da mão-de-obra, outras escolheram outras formas de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho. Muitas empresas combinaram as duas estratégias, deteriorando as condições de vida e trabalho (DIEESE, 2004).

Segundo Maria da Graça Druck (1999) o processo de Globalização se constitui na consolidação de grandes oligopólios e grandes bancos, Revolução Tecnológica e novas formas de gestão do trabalho, liderança política e econômica através de grandes nações capitalistas e o ideário Neoliberal se torna predominante.

Dessa forma, a terceirização e relações informais de trabalho vem se constituindo na principal porta de entrada da precarização e da informalidade do trabalho, e que aprofunda o problema social. A terceirização não deve ser entendida apenas como um problema econômico, ou um simples problema de competitividade, mas sim como um problema para o conjunto da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1995,1999).

Desde 2016, o Brasil se via em uma constante crise, assim como outros países da América Latina, isso se intensificou com a crise sanitária que assolou o mundo. Segundo Antunes, na obra *O Trabalho Sob Fogo Cruzado* (2021), a pandemia evidencia o modelo capitalista de produção em colapso, se moldando às novas transformações do mundo globalizado. Esse é o *modus operandi* do sistema de metabolismo social do capital.

A crise sanitária elevou bruscamente os índices de mortalidade pelo coronavírus, mas também agravou a crescente taxa de desemprego, desnutrição e pobreza no Brasil. Segundo Antunes (2020), mais de 40% da população brasileira se encontrava em trabalho formal em 2019 e mais de 5 milhões em situação de uberização. E o mesmo autor ainda complementa que, o sistema de metabolismo

antissocial do capital é sinônimo de destrutividade. Nesse sentido, o capitalismo sempre busca a expansão do lucro, esse modo de produção necessita de crises para se promover, essas resultam em inúmeras expressões da questão social como o racismo, o machismo, o pauperismo, entre outros.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil, atualmente ocupa o 7º lugar no ranking de país mais desigual no mundo, conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019). Em 2019 eram 206 pessoas acumulando uma riqueza correspondente a quase 20% do PIB brasileiro (IBGE/PNAD, 2019).

Do lado oposto, milhares de pessoas vivem em situação de miséria, onde 104 milhões de pessoas têm renda média per capita inferior a R\$413,00 mensais e 10,4 milhões de pessoas sobrevivem com menos de R\$51,00 mensais (IBGE/PNAD, 2019).

É importante destacar que a desigualdade que assola o Brasil também se manifesta nas relações de trabalho, que em 2019, tinha um contingente de 12,6 milhões de brasileiros em situação de desemprego e, também 41,4% de seus trabalhadores em situação de trabalho informal (IBGE/PNAD, 2019).

Lara e Hillesheim (2020) explicitam que a COVID-19 provocou diversas incertezas no mundo do trabalho; dessas, a única certeza é que as classes subalternas e vulneráveis estão sendo e continuarão a ser as mais atingidas. Para os autores a pandemia acentuou a crise econômica que coexistia com a crise ecológica (aquecimento global, desmatamentos, poluição), gerando uma crise sanitária em proporções globais.

Nesse contexto, os mesmos autores ainda afirmam que, a produção destrutiva intensificou sua ação e colocou em xeque o direito à vida. Por isso, são necessárias políticas de seguridade social que ofereçam saúde, emprego e assistência social para milhões de pessoas que entraram em pobreza absoluta.

Em uma escala global, as políticas sociais têm sido contestadas por determinados grupos que através da retórica de enfrentamento ao novo Coronavírus, tem se enfatizado a necessidade de contrarreformas, agravando ainda mais a situação de crise profunda que estamos vivendo, que segundo Yazbek et.al.

(2020) as desigualdades se tornam mais visíveis, atingindo de forma distinta alguns grupos da população.

No Brasil, tal enfrentamento às políticas sociais, no sentido de enfraquecimento das políticas públicas e da ciência, é frequentemente veiculado em diversos espaços, principalmente na mídia e, essas ações, têm se intensificado após o surgimento do novo Coronavírus.

Para Yazbek et.al. (2020), a situação de calamidade pública na qual a população em geral está imersa, torna mais visível a aguda crise e expõe os pontos críticos das contrarreformas neoliberais no Brasil, em favor do grande capital e em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras.

A expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional que não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo Coronavírus (YAZBEK, et al., 2020 p. 207).

A Pandemia coloca na pauta do dia a reflexão de que se o vírus não faz distinções para infecção, por outro lado, os privilégios de classe desvelam os abismos socioeconômicos da sociedade brasileira, que segundo Toledo e Rosa (2020) a partir dessa realidade escancarada, muitas ações poderiam ser tomadas no sentido de enfrentamento à essas questões, mas, ao que parece, a lógica adotada para a condução das políticas públicas têm focalizado apenas o fechamento de indústrias e não a necessidade da população.

Desde o início da crise sanitária, uma série de medidas vêm sendo tomadas, tanto no sentido da prevenção, como no enfrentamento e mitigação dos impactos da pandemia na sociedade, em especial na Política de Assistência Social. As políticas públicas, outrora alvo de contrarreformas e ausência de investimentos tão contestadas, demonstraram-se imprescindíveis no contexto da pandemia, o maior desafio da humanidade desde a Segunda Grande Guerra.

O desafio da dimensão epidemiológica do vírus se alarga a partir dos estudos que vão desvelando novas mutações e variantes, quanto ao impacto social da crise sanitária, ainda estão sendo conhecidos no âmbito global as diversas expressões da

crise sanitária no desenvolvimento socioterritorial e em grupos específicos.

É necessário aprimorar o debate sobre o enfrentamento de riscos e emergências socioambientais e as interfaces com a Política de Assistência Social e, ainda, para a necessidade de gestão e planejamento, principalmente em tempos de contrarreforma e perdas significativas de direitos, para que seja possível minimizar possíveis impactos no cotidiano vivido pela população e na violação de direitos.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: da perspectiva construtiva da ONU à análise crítica da sociabilidade do capital.

A ONU, através de plano de ação global, fixa metas e objetivos a fim de corroborar com algumas facetas das vulnerabilidades decorrentes do avanço da sociedade do capital globalmente, com vistas a serem alcançadas até o ano de 2030, que conjuntamente se propõem a intervir junto às expressões da questão socioambiental. Desta maneira, torna-se de extrema relevância compreender sobre a terminologia e a dimensão de sustentabilidade, para melhor prosseguir na reflexão.

O conceito de sustentabilidade vem, há anos, ganhando destaque global, entendendo-a como,

[...] um conjunto de princípios manifestos em busca de um desenvolvimento qualificado por uma preocupação, qual seja: crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social e de outras espécies em longo prazo. (LOUREIRO, 2012, p. 55).

Percebe-se que esse conceito, vem sendo difundido a partir das preocupações com a questão ambiental, entretanto, quando maior avaliado e estudado, é reconhecido pelas agências internacionais, como problemática socioambiental, entendendo estas resultado da interdependência dos fatores da vida econômico social.

A situação atual se encontra, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, de produzir, de distribuir e de consumir, desenvolvida nos últimos séculos, não nos oferece condições de salvar a nossa civilização e, talvez até a própria espécie humana [...]. (BOFF, 2012, p. 15).

Quando a ONU pactua as metas denominadas enquanto eixos que corroboraram para o desenvolvimento sustentável em nível global, ela reconhece que só será possível o real desenvolvimento se por meio da superação de vulnerabilidades e a construção de mecanismos sustentáveis da vida no planeta.

Compreender que o “[...] desenvolvimento sustentável é uma locução verbal em que se ligam dois conceitos. O conceito de sustentabilidade passa a qualificar ou caracterizar o desenvolvimento”. (MACHADO, 2015, p. 61).

O compromisso socialmente demarcado pelo órgão internacional sinaliza a preocupação que grande parte da população global vem tendo, entretanto, há de se pensar, o que contempla as dimensões de sustentabilidade e qual a aplicabilidade no sistema vigente.

Ao se tratar de sustentabilidade ambiental, reconhece seu fruto enquanto,

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p. 14).

Manter a condição de existência, produção e reprodução da vida, no contexto da sociabilidade do capital, não vem desassociada das estratégias econômicas, entretanto, pensar-se em sustentabilidade econômica em uma perspectiva crítica, deveriam considerar as condições sociais associadas ao contexto econômico, visto que a,

Dimensão econômica da sustentabilidade evoca, aqui a pertinente ponderação, o adequado “trade-off” entre eficiência e equidade [...]. A economicidade, assim, não pode ser separada da medição de consequências, de longo prazo. Nessa perspectiva, o consumo e a produção precisam ser reestruturados completamente, numa alteração inescapável do estilo de vida. (FREITAS, 2012, p. 65-67).

Considerar criticamente as duas dimensões acima citadas, sobretudo,

considerando as metas dos ODS-ONU, solicita a correlação da dimensão social, entendendo a associação que os aspectos ambientais e econômicos trazem a vida social na sociabilidade do capital.

Desta forma, compreende-se a

Dimensão social, no sentido de que não se admite o modelo do desenvolvimento excludente e iníquo. De nada serve cogitar da sobrevivência enfiada de poucos, encarcerados no estilo oligárquico, relapso e indiferente, que nega a conexão de todos os seres vivos, a ligação de tudo e, desse modo, a natureza imaterial do desenvolvimento. [...] Válidas são apenas as distinções voltadas a auxiliar os desfavorecidos, mediante ações positivas e compensações que permitam fazer frente à pobreza medida por padrões confiáveis, que levem em conta necessariamente a gravidade das questões ambientais. Nesse ponto, na dimensão social da sustentabilidade, abrigam-se os direitos fundamentais sociais, que requerem os correspondentes programas relacionados à universalização, com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de governança (pública e privada) ser autofágico e, numa palavra, insustentável. (FREITAS, 2012, p. 58-59).

Desta maneira, há de se pensar que na lógica da sociabilidade do capital, da maneira como as sociedades se organizam economicamente, o desenvolvimento preconizado e inerente não se pode associar com a sustentabilidade, como se lê e prevê pelos intentos da ONU.

[...] desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas diferentes e que se contrapõem. O desenvolvimento, como vimos, é linear, deve ser crescente, supondo a exploração da natureza, gerando profundas desigualdades – riquezas de um lado e pobreza do outro – e privilegia a acumulação individual. Portanto, é um termo que vem do campo da economia política industrialista/capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um, até dos mais fracos. Se esta compreensão for correta, então fica claro que sustentabilidade e desenvolvimento configuram uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação; uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados. (BOFF, 2012, p. 45).

A partir das compreensões discorridas, é possível considerar que os intentos junto aos ODS-ONU, provocam a sociedade, por meio das esferas públicas e privadas, a repensarem suas intervenções e compromisso, entretanto, pensar no aniquilamento de tais vulnerabilidades na sociedade que, para existir precisa produzi-la, é fantasioso.

O plano global com os ODS, possui sua relevância e podem se caracterizar

enquanto referência para negociações e construir caminhos moleculares de melhoria em algumas condições com os eixos propostos.

Ao analisar mais detidamente o documento fundador elaborado pela ONU, observa-se um conteúdo conservador das práticas econômicas, associando desenvolvimento e crescimento e à expansão do mercado, desde que este se pautar pelos princípios solidários, garantindo hipoteticamente a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social. Isso é vazio de sentido teórico, uma vez que não há uma relação analítica consistente que indique a possibilidade de justiça social e ambiental no marco do modo de produção capitalista. Novamente, a compatibilização desejada fica pautada no plano moral e não no estrutural/cultural, como se o problema ambiental dependesse unicamente, para ser resolvido, da superação individual de uma abstrata falta de capacidade de reconhecer o outro. (LOUREIRO, 2012, p. 72).

Reconhece a relevância de agências nacionais e internacionais levantarem bandeiras e estimularem que as sociedades repensem sobre modos de superação e evolução de suas problemáticas sociais e ambientais, contudo, o mesmo, como o próprio cerne do sistema envolve interesses antagônicos.

Na realidade, a formulação Desenvolvimento Sustentável representa uma tentativa de oferecer respostas à problemática [...] a partir de uma crítica às teorias desenvolvimentistas [...] sem, no entanto, inscrevê-las no contexto da crítica ao modo capitalista de produção; em outras palavras, trata-se de uma tentativa de articular expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza. (SILVA, 2010, p. 167).

Há possibilidades de formas de enfrentamentos aos problemas agravados mundialmente através das estratégias dos ODS, entretanto, desconsiderar o cerne da insustentabilidade pela lógica do sistema do capital não trará condições da real superação de tais problemáticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas objetivam desenvolver discussões críticas sobre os ODS e sua relação direta com a gestão de políticas públicas e sociais, especialmente, pela notória importância dada para esses indicadores representados pelos ODS, em contexto mundial. A proposta de compreender como os ODS estão

sendo incorporados pela gestão das políticas públicas sociais, nos estados e municípios brasileiros, aponta a necessidade de conhecer suas contribuições e contradições diante do cenário de retrocessos impostos às políticas públicas brasileiras, na atualidade. Remete também a um estudo documental minucioso para identificar como os municípios estão entendendo os ODS e sua concretude na realidade de cada território. Assim, esse artigo representa o início de problematização sobre a centralidade dos ODS na gestão de políticas sociais, indagando sobre reais possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Os resultados da pesquisa poderão contribuir para o entendimento sobre os ODS e como se tornaram exigências para organização e gestão das políticas públicas sociais. Mas, principalmente, compreender quais os reais impactos dos ODS no cotidiano de vida das populações mais vulneráveis.

Importante destacar a relevância de estudos sobre as finalidades e intencionalidades que estão escondidas por trás, do grande movimento dado pelas mídias sociais e organismos internacionais.

Entende-se que com a continuidade destas reflexões poderá atender uma utilidade pública, visto que, os seus resultados podem contribuir com a construção do conhecimento científico acerca do planejamento e gestão das políticas sociais e dos mecanismos de dominação nelas camuflados.

Estudar o movimento atual das políticas sociais brasileiras, em contexto de retrocessos, e a imposição de diretrizes fundamentadas em proposta mundial elaboradas pela ONU, torna-se necessária para apreender as formas de intervenção profissional de assistentes sociais nos diversos espaços de atuação.

Ressalta-se que a análise crítica-propositiva que se propõe nessas reflexões são imprescindíveis para revelar os determinantes que atravessam os conceitos de desenvolvimento sustentável e os reais interesses da sociedade capitalista, além de descortinar os entraves políticos e ideológicos que envolvem a gestão das políticas públicas sociais (assistência social e saúde), como também, de seus impactos na incorporação dos ODS. Nessa direção, possibilitará o entendimento da dinamicidade da realidade, que é concreta e contraditória e, para a apreensão das singularidades e particularidades existentes nos espaços plurais e diferentes, visando avançar em

propostas reais e pertinentes às especificidades das demandas sociais brasileiras.

Por fim, espera-se que os estudos propostos possam contribuir no avanço e fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social, especialmente, no campo da gestão socioambiental. E, dessa forma, efetivar o importante papel que a universidade deve desempenhar junto à comunidade local, de devolver a partir das suas construções e ações benefícios para sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo; 1999.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARINHATO Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XXI no Brasil. **Revista Aurora**. 2008 Dez;3(2).

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. Convênio SE/MTE nº 4/2003;2004. 101 p. Relatório Técnico.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo; 1999. p. 31.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LARA, Ricardo e HILLESHEIM, Jaime. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. **Revista Comitê SUASSC/COVID19**. Santa Catarina, v. 1, n.1, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ONU BRASIL. **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial; 2001.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. RAICHELIS, Raquel. SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 138, p.207-213, maio/ago. 2020.

,

,

,